

As manobras do PMDB preocupam Casa Civil

Memélia Moreira

O parágrafo sete do artigo 57 do regimento interno da Constituinte, que trata dos "projetos de decisão" mesmo em seu novo texto, deixa o mandato do presidente Sarney nas mãos do PMDB. Partindo desta premissa, o Gabinete Civil da Presidência da República vem trabalhando contra a aprovação desse parágrafo.

Desde a instalação da Constituinte, a Presidência da República esperava um ataque vindo da Assembléia, contra o tempo de duração do mandato presidencial. E, no dia da instalação, quando os constituintes não confirmaram o mandato e não juraram a Constituição em vigor, o ministro Marco Maciel está atento às manobras do PMDB, principalmente porque sabia que o deputado Ulysses Guimarães vinha consultando juristas desde outubro passado, tentando recuperar a soberania da Constituinte, perdida quando a emenda 26, do ex-deputado Flávio Bierrenbach, foi derrubada.

No seu trabalho contra a aprovação deste parágrafo, tanto o ministro Marco Maciel quanto o presidente Sarney contam com o apoio dos governadores eleitos. Waldir Pires, da Bahia, Moreira Franco, do Rio de Janeiro, Orestes Quercia, de São Paulo e Alvaro Dias, do Paraná, que não têm pressa em eleições para presidente nos próximos dois anos, discordam da pressa do deputado Ulysses Guimarães. Eles também não estão preocupados com os remendos na Constituição em vigor. O primeiro a se manifestar contra os "projetos de decisão" foi Waldir Pires. Depois de um encontro com o presidente Sarney, Pires criticou o "excesso de debate sobre a Constituição em vigor", afirmando que, "depois de mais de 20 anos de autoritarismo, não custa ficar mais quatro ou cinco meses convivendo com o entulho autoritário. Pode-se esperar um pouco mais".

Mas, se com todo esse apoio, a tese defendida pela Presidência da República, de que não se deve alterar a Constituição for derrotada, o presidente Sarney só tem uma alternativa: acionar o Judiciário. O Presidente já tomou suas precauções e o Procurador-Geral da República está pronto para entrar com mandato de segurança contra o parágrafo sete, alegando sua inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

Alguns dias antes do episódio da sessão que adiou a votação do regimento para depois do carnaval, Sarney ofereceu um jantar para todos os ministros do STF e suas esposas, no Palácio da Alvorada, e recebeu a confirmação de sua tese sobre inconstitucionalidade do parágrafo. No jantar esteve presente também o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que já tem pronto o texto que encaminhará ao STF.

Peemedebista pede presidente com legitimidade



A partir da constatação de que a questão econômica é muito séria e do entendimento de que o presidente da República «não está tendo pulso para controlar a situação», o deputado paulista Doreto Campanari, do PMDB, sugeriu ontem que o presidente Sarney deixe o cargo para «um presidente legítimo, eleito pelo povo», já que seu partido vem prometendo eleições diretas desde 1985 e até agora não cumpriu». Embora Campanari não seja um político de projeção nacional, sua manifestação se torna significativa por romper o silêncio que os parlamentares peemedebistas vêm guardando, nas últimas semanas, a respeito da duração do mandato presidencial.

Na realidade, a inquietação observada no governo a respeito da possibilidade de redução do mandato do presidente Sarney resulta mais da insegurança resultante da crise econômica e das pretensões presidenciais do deputado Ulysses Guimarães do que de uma ação concreta do PMDB, tendo em vista aquele objetivo.

Por motivos variados, que vão desde a preocupação com as consequências de uma mobilização popular até à rendição ao interesse do governo em manter o mandato de Sarney em seis anos, o PMDB permanece numa atitude de espera, dentro da Constituinte, a respeito do melhor momento para o debate dessa questão.

Um levantamento realizado

em dezembro pelo **Jornal de Brasília**, junto a 60 constituintes de diferentes tendências políticas do PMDB demonstrou uma forte inclinação no sentido da redução do mandato presidencial para quatro anos. Assim se pronunciaram 39 dos 60 parlamentares ouvidos. Sete preferiram a manutenção dos seis anos; sete outros responderam apenas a uma questão deveria ser resolvida pela Constituinte; cinco optaram por um mandato de cinco anos e dois não responderam.

O número dos que se manifestaram pela redução do mandato foi significativo, mas deve ser relativizado entre outros fatores pela capacidade de cooptação do governo. Basta lembrar a recente informação, divulgada pelo **Jornal de Brasília**, segundo a qual o governo dispõe de 10 mil cargos para distribuir entre os políticos, para assegurar sua sustentação dentro e fora da Constituinte. Com tanto cargo disponível não será difícil ao governo atrair o apoio de muitos dos peemedebistas que atualmente preconizam a redução do mandato de Sarney.

Em sentido contrário — ou seja, do apressamento da mobilização pelas eleições diretas, com repercussão sobre o PMDB — não se deve excluir a possibilidade de retomada da pressão popular, a partir de uma campanha que o PT e o PDT estão anunciando desfechar antes de encerrados os trabalhos da Constituinte.

Fotos: Arquivo



Sarney usa todas as armas para manter o seu mandato integral.

Mandato é o objetivo

Andrei Meirelles

A Constituinte pode ou não reduzir o mandato do presidente José Sarney fixado em seis anos pela atual Constituição? Esta é a questão central das divergências entre o Planalto e o PMDB. A disputa verificada em torno do Regimento Interno, que em sua versão levada a plenário abriria brecha para a antecipação deste debate, é apenas uma preliminar. A intenção no Planalto é de ressuscitar no momento oportuno uma tese, defendida no ano passado pelo ministro Marco Maciel, de que a Constituinte tem inteira liberdade para definir o mandato do sucessor do Sarney, mas não o da atual gestão, "um direito adquirido".

No PMDB, esta tese é considerada esdrúxula. Há praticamente um consenso no partido de que essa questão será definida nas disposições transitórias da futura Constituição. O mandato de seis anos, definido pelo "Pacote de abril", editado em 1977 pelo então presidente Ernesto Geisel, não tem, segundo o pensamento corrente na bancada peemedebista, a legalidade e a legitimidade apontadas pelo Gabinete Civil da Presidência da República.

Na semana passada, alguns dirigentes do PMDB simplesmente não entendiam o jogo duro do Planalto em relação ao Regimento Interno. O partido já havia transmitido todas as garantias possíveis ao Governo de que não se pretendia recorrer ao chamado Projeto de Decisão para encurtar o mandato de Sarney. Na tribuna, ao apresentar a última versão do seu substitutivo, o senador Fernando Henrique Cardoso insistiu nisto. Em entrevista, os principais líderes do PMDB reafirmaram este compromisso.

O próprio líder do Governo, deputado Carlos Santana, que tinha negociado os termos do polêmico parágrafo, cumpria a nova orientação do Planalto, mas não a

compreendia. Recorria a imagens médicas para justificá-la como um temor infundado.

O líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, atribuía a intrigas do PFL a posição do Planalto. E reafirmava o compromisso do partido de decidir a questão nas disposições transitórias da Constituinte. Na prática, mesmo com todas as garantias do PMDB, se viesse a ser apresentada uma proposta de redução do mandato de Sarney, utilizando o projeto de decisão, a única diferença do que inevitavelmente vai ocorrer através dos mecanismos normais da Constituinte é antecipar por um curto período — dois ou três meses — a decisão que será tomada pelo plenário.

Este tempo é considerado importante no governo, onde a tese do "direito adquirido" tem força, mas é considerada de difícil aceitação pela Constituinte. O prazo maior daria tempo ao Planalto para buscar uma solução negociação. Talvez, em torno de cinco anos. A dificuldade é que no PMDB o compromisso do presidente Tancredo Neves de um mandato de quatro anos tem ainda bastante força. E um dos seus principais defensores é o deputado Ulysses Guimarães.

Esse compromisso, no entanto, é considerado no Planalto um fato ultrapassado. E todos os esforços são no sentido de evitar o seu cumprimento. O próprio Sarney deixou o constrangimento exibido no início de seu governo e passou a defender com empenho o seu mandato integral, qualquer redução, segundo tem dito a vários interlocutores, seria uma cassação de seu mandato.

Na estratégia do Planalto, a Constituinte pode definir o futuro, mas terá de respeitar algumas regras definidas no passado e incorporadas, na avaliação do governo, ao próprio processo de transição democrática. Dentre elas, a duração do mandato de Sarney. A não ser através de uma negociação, com o respaldo do próprio Planalto.